

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC
Departamento de Ciências Contábeis

ALEXANDER DA SILVA PADOIN

**Distribuição do Valor Adicionado: uma análise das maiores empresas de
distribuição de energia elétrica no período de 2015 a 2017.**

Rio de Janeiro
2018

ALEXANDER DA SILVA PADOIN

**Distribuição do Valor Adicionado: uma análise das maiores empresas de
distribuição de energia elétrica no período de 2015 a 2017.**

Monografia apresentada à
Universidade Federal do Rio de
Janeiro como um dos pré-requisitos
para a obtenção do grau de bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto
Veiga da Costa Marques.

**Rio de Janeiro
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

PP124d Padoin, Alexander da Silva
Distribuição do Valor Adicionado: uma análise das
maiores empresas de distribuição de energia elétrica
no período de 2015 a 2017 / Alexander da Silva Padoin.
-- Rio de Janeiro, 2019.
53 f.

Orientador: José Augusto Veiga da Costa Marques.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis,
Bacharel em Ciências Contábeis, 2019.

1. Demonstração do Valor Adicionado. 2.
Segmentos. 3. Valor Adicionado. 4. Distribuidoras de
energia elétrica. I. Marques, José Augusto Veiga da
Costa, orient. II. Título.

Distribuição do Valor Adicionado: uma análise das maiores empresas de distribuição de energia elétrica no período de 2015 a 2017.

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora, constituída pelo professor orientador e os membros abaixo mencionados.

Rio de Janeiro, RJ, _____ de _____ do ano de 2019

Prof. Dr. José Augusto Veiga da Costa Marques
Orientador

Prof.^a. Tayná Cruz Batista
Membro

Prof. Ronan Reis Marçal
Membro

RESUMO

Padoin, Alexander da Silva. **Distribuição do Valor Adicionado:** uma análise das maiores empresas de distribuição de energia elétrica no período de 2015 a 2017. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esse trabalho tem por objetivo analisar e comparar como as maiores empresas de distribuição de energia elétrica segregadas entre públicas e privadas distribuíram o valor adicionado nos anos de 2015, 2016 e 2017. Para isso foi realizado a análise das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas relacionadas na amostra, além da leitura das notas explicativas e relatório da administração. A metodologia utilizada, quanto aos objetivos, foi a descritiva. No que tange a coleta de dados, a pesquisa foi classificada como do tipo documental, e em relação à abordagem do problema foi utilizada a pesquisa qualitativa. Os valores adicionados obtidos apontaram que as empresas vêm apresentando uma contínua retração na distribuição dos resultados e desses valores, as empresas públicas foram quem mais distribuíram apesar de uma receita menor no período. As empresas públicas destinaram um valor maior para os segmentos Governo, Pessoal e Acionistas, já as empresas privadas destinaram um maior valor para Terceiros.

Palavras-chave: **Demonstração do Valor Adicionado, Segmentos, Valor Adicionado e Distribuidoras de energia elétrica.**

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze and compare how the largest publicly and privately electricity distribution companies distributed added value in the years 2015, 2016 and 2017. For this purpose, the analysis of Added Value Statements of related companies in the in addition to reading the explanatory notes and management's report. The methodology used, regarding the objectives, was the descriptive one. Regarding the data collection, the research was classified as documentary type and in relation to the approach of the problem was used the qualitative research. The results showed that the companies have been presenting a continuous reduction in the distribution of results and of these values, the public companies were the ones that distributed the most despite a lower revenue in the period. The public companies assigned a greater value to the Government, Personnel and Shareholders segments, while private companies assigned a higher value to Third Parties.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRADEE.....	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
ANEEL.....	Agência Nacional de Energia Elétrica
CIDE.....	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
COFINS.....	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CFC.....	Conselho Federal de Contabilidade
CPC.....	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL.....	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DC.....	Demonstração Contábil
DRE.....	Demonstração do Resultado do Período
FGTS.....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIPECAFI.....	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IASB.....	<i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Padrões de Contabilidade Internacional)
ICMS.....	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE.....	Imposto sobre Exportação
II.....	Imposto sobre Importação
INSS.....	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI.....	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU.....	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA.....	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ.....	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
ISSQN.....	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
JCP.....	Juros sobre Capital Próprio
MP.....	Medida Provisória
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PIB.....	Produto Interno Bruto
PIS.....	Programa de Integração Social
US GAAP.....	<i>United States Generally Accept Accounting Principles</i> (Princípios Contábeis Norte-Americanos Geralmente Aceitos)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos relacionados a demonstração do valor adicionado.....	11
Quadro 2: Amostra das seis maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil no ano de 2017.....	20
Quadro 3: Distribuição das seis maiores empresas de distribuição de energia elétrica, sob aspectos privado e públicas, em 2017.....	21
Quadro 4: Médias de Valores Distribuídos, de Funcionários e Valor Distribuído por Funcionário.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição média do valor adicionado por segmento no período de 2015 a 2017.....	24
Gráfico 2: Geração de Valor Adicionado por Empresa em 2015.....	26
Gráfico 3: Destinação do Valor Adicionado por Segmento e Empresa em 2015.....	27
Gráfico 4: Geração de Valor Adicionado por Empresa em 2016.....	29
Gráfico 5: Destinação do Valor Adicionado por Segmento e Empresa em 2016.....	30
Gráfico 6: Geração de Valor Adicionado por Empresa em 2017.....	32
Gráfico 7: Destinação do Valor Adicionado por Segmento e Empresa em 2017.....	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	O ESTADO NA ECONOMIA	1
1.2	PANORAMA ATUAL DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	2
1.3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	4
1.4	TEMA E PROBLEMA.....	5
1.5	OBJETIVOS	5
1.5.1	Objetivo Geral	6
1.5.2	Objetivos Específicos	6
1.6	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	6
1.7	DELIMITAÇÕES DO ESTUDO	6
1.8	ESTRUTURA DO ESTUDO	7
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1	ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS	8
2.2	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: CONCEITOS. OBJETIVOS, ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	9
2.3	ESTUDOS RECENTES	17
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	19
3.1	TIPOLOGIA METODOLÓGICA.....	19
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	19
3.3	COLETA DE DADOS	21
3.4	MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS	21
4	ANÁLISE DOS DADOS	23
4.1	Distribuição Média por Segmento – 2015 a 2017	23
4.2	Valor Adicionado por Empresa	25

4.2.1	Distribuição do Valor Adicionado – 2015.....	25
4.2.2	Distribuição do Valor Adicionado – 2016.....	28
4.2.3	Distribuição do Valor Adicionado – 2017.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO NA ECONOMIA

A Constituição Federal de 1988, que regulamenta atualmente o Estado brasileiro, define que a melhor forma de atuação do Estado na economia é de maneira subsidiária, reservando aos particulares o desenvolvimento de atividade econômica em sentido estrito e atuará diretamente conforme descrito no art. 173:

Art. 173: Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei (BRASIL, 1988).

Assim, ao Estado resta intervir de forma atípica e excepcional na qualidade de Estado-empresário, quando não houver interesse da iniciativa privada para o desenvolvimento de certa atividade econômica. Segundo o *Council of Economic Advisers* em 1998:

O papel do governo (...) não é o de sustentar o crescimento econômico com o gasto governamental, mas de forma mais sutil, o de oferecer a indivíduos e empresas os instrumentos para que prosperem por seus próprios esforços (...) O uso do governo para complementar, não substituir, o mercado e o setor privado, tem sido a orientação fundamental da estratégia econômica desta administração (apud BOYER, 1999, p. 01).

A intervenção do Estado na economia e a estrutura híbrida da sociedade de economia mista possibilita a ocorrência de conflitos devido à presença de interesses, via de regra, divergentes e/ou conflitantes. Biondi (1999, p. 35) relata que a ineficiência do Estado em gerir empresas está relacionada a questões sociais. O autor afirma que o governante, ao invés de explorar economicamente as empresas, as utiliza para o exercício de políticas sociais. O Estado utiliza-se de sua posição de controlador para impor seu interesse em detrimento do interesse dos acionistas minoritários e da própria companhia ou estabelecem políticas industriais de incentivo por meios legais que podem ser interpretadas como busca de privilégios regulamentários ou simplesmente fracassam por outros motivos como a Política de Campeões Nacionais e a Medida Provisória (MP) 579 de setembro de 2012.

Na história do Brasil, setores importantes para a infraestrutura são controlados por empresas com controle estatal ou de economia mista e empresas privadas atuam por meio

de concessões obtidas em leilões. No atual cenário brasileiro, múltiplas empresas com controle acionário estatal ou misto vem acumulando perdas nos últimos anos, como a Eletrobrás, Petrobrás e Correios (Temóteo, 2018).

1.2 PANORAMA ATUAL DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

A questão a que o trabalho se propõe a responder diz respeito à distribuição das riquezas que foram geradas e distribuídas pelo setor elétrico brasileiro no período de 2015 a 2017.

Em setembro de 2012, a então presidente Dilma Rousseff anunciou uma redução média de 20% na tarifa de energia dos brasileiros. Quase quatro anos após a aprovação da Medida Provisória 579, o saldo final para o setor elétrico e para os consumidores era de prejuízo e perda de valor da maior empresa estatal do setor, Eletrobrás (Junges, 2016).

Segundo Junges (2016), a medida foi criada para promover uma redução média de 20% na tarifa de energia dos consumidores em troca da renovação antecipada das concessões das empresas, mas uma série de mudanças regulatórias e imprevistos importantes trouxeram efeitos danosos para o setor. A não adesão das concessionárias Cesp (SP), Cemig (MG) e Copel (PR) à proposta acabou deixando as distribuidoras de energia descontratadas em um curto espaço de tempo, justamente num momento em que o preço da energia no mercado à vista estava nas alturas. Isso porque, no ano em que a MP virou lei, em 2013, a falta de chuvas começava a comprometer o nível dos reservatórios e deteriorar as condições de geração de energia. A situação que já era ruim ficou ainda pior, obrigando o setor a recorrer às térmicas mais caras para garantir o abastecimento ao longo de 2013, 2014 e parte de 2015.

Usada para bancar a redução artificial das tarifas de energia, a Eletrobras, empresa de capital aberto controlada pelo governo brasileiro, perdeu 62% do seu valor de mercado. De acordo com dados da consultoria Economatica (2016), em 2011, a Eletrobras valia R\$ 26,5 bilhões. Seis anos depois, em maio de 2016, seu valor de mercado era de R\$ 10,1 bilhões, uma desvalorização de R\$ 16,3 bilhões.

Este cenário de prejuízos resultante de ineficiência operacional ou estratégias equivocadas que acabam por onerar o Estado é refletido na população por meio de repasse de custos. Considerando que as instituições públicas devem atuar em prol do bem comum, é necessária uma mudança na estratégia ou tipo de gestão adotada.

Segundo a ABRADÉE, a partir da década de 1990, buscando eficiência e autonomia econômica, o setor elétrico mundial começa a passar por reformas estruturais em sua forma de operação, sofrendo influência da doutrina do estado mínimo no pensamento econômico. Como resultado destas reformas, que também ocorreram no Brasil, os segmentos de geração, transporte e comercialização de energia passam a ser separados, sendo administrados e operados por agentes distintos.

A ideia predominante foi a de que a livre concorrência deveria prevalecer onde fosse possível, relegando ao estado o papel da regulação onde necessário. Neste contexto, os segmentos de geração e comercialização foram caracterizados como segmentos competitivos, dada a existência de muitos agentes e também pelo fato do produto, a energia elétrica, ser homogêneo, como uma commodity.

Por sua vez, os setores de transporte da energia – a transmissão e a distribuição – são considerados monopólios naturais, pois sua estrutura física torna economicamente inviável a competição entre dois agentes em uma mesma área de concessão. Nestes dois segmentos, predomina o modelo de regulação de preços ou regulação por incentivos.

A geração é o segmento da indústria de eletricidade responsável por produzir energia elétrica e injetá-la nos sistemas de transporte (transmissão e distribuição) para que chegue aos consumidores. Especificamente no Brasil, o segmento de geração é bastante pulverizado, atualmente contando, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL 2017), com 4.908 empreendimentos geradores.

O segmento de transmissão é aquele que se encarrega de transportar grandes quantidades de energia provenientes das usinas geradoras. A interrupção de uma linha de transmissão pode afetar cidades inteiras ou até mesmo estados. As empresas transmissoras são as responsáveis pela administração e operação de mais de cem mil quilômetros de linhas de transmissão espalhadas pelo país, conectando os geradores aos grandes consumidores ou, como é o caso mais comum, às empresas distribuidoras. No Brasil, o segmento de transmissão é aquele que se caracteriza por operar linhas em tensão elétrica superior a 230 mil Volts.

Já o segmento de distribuição, segundo a ABRADÉE, é aquele que recebe grande quantidade de energia do sistema de transmissão e a distribui de forma pulverizada para consumidores médios e pequenos. É a empresa distribuidora quem faz com que a energia elétrica chegue às residências e pequenos comércios e indústrias. É aquele que se confunde com a própria topografia das cidades, ramificado ao longo de ruas e avenidas

para conectar fisicamente o sistema de transmissão, ou mesmo unidades geradoras de médio e pequeno porte, aos consumidores finais da energia elétrica.

Em 2016, foi aprovada a Medida Provisória 735/2016, chamada de medida provisória do setor elétrico. Com intenções de realizar a Eletrobras ou parte dela, a nova lei visa facilitar processos de privatização, reduzir a burocracia de leilões e custos da União com subsídios a concessionárias e permitir a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

O texto também estabelece a isenção da taxa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nas contas de luz dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, que reúne consumidores de baixa renda.

A regulação do setor elétrico brasileiro estabelece procedimentos de contabilização através do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras por meio da Resolução 444 (ANEEL, 2001).

1.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Ciência Contábil procura fornecer informações estruturadas diante das demonstrações contábeis (DCs), instituídas pela Lei 6.404 de 1976 e atualizadas pela Lei 11.638 de 2007, para que os vários usuários possam avaliar e tomar decisões, cada um conforme suas necessidades.

O presente estudo abordou a riqueza criada pelas empresas distribuidoras de energia elétrica e como esta riqueza foi distribuída entre os componentes da sociedade. Neste cenário, temos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstração contábil obrigatória para companhias de capital aberto, que é um meio de comunicação que se presta a atender o interesse dos acionistas e, ao mesmo tempo, dos *stakeholders* (demais partes interessadas), exatamente por ser uma demonstração de fácil entendimento.

Por meio da DVA é possível identificar qual valor foi efetivamente adicionado pela empresa em um determinado ano, assim como é possível identificar para quem essa riqueza foi distribuída. Fazendo referência ao conceito de valor adicionado, De Luca

(1998, p. 31) define valor adicionado “como sendo a diferença entre o valor da produção e os consumos intermediários (compras a outras empresas) num determinado período”.

1.4 TEMA E PROBLEMA

Não parece haver grandes divergências, tanto com base em discussões no campo teórico (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 1992; WERNECK, 1989; CHAIN, SILVA, e MARTINS, 2007) quanto no senso comum, que empresas com controle acionário estatal são percebidas como tendo menor eficiência em termos de gestão econômico-financeira. Isso porque, atuando em ambiente de competição com igualdade de condições, as empresas com controle acionário privado apresentam desempenho operacional e/ou financeiro superior, sendo então mais rentáveis em termos econômicos, conforme constataram Boardman e Vining (1989), Barbosa (1997) e Oliveira e Lustosa (2005) ao comparar os dados econômicos financeiros de empresas antes e após o processo de privatização (apud Machado, 2008).

Em termos da distribuição da riqueza Chan, Silva e Martins (2007) utilizaram a DVA em sua pesquisa. Os autores verificaram que empresas estatais destinam maior parcela da riqueza gerada para os seus funcionários em relação as empresas privadas, sem, entretanto, discutirem o motivo dessa diferença. Supõe-se que essa parcela maior pode ocorrer por dois motivos: i) remuneração, direta e indireta, maior; ou ii) quantidade maior de funcionários. Para Baer (2003) os dois motivos justificam esses gastos superiores das estatais (apud Machado, 2008).

É nesse contexto em que cresce o debate sobre a eficiência do Estado e se o mesmo deve atuar de maneira tão direta em vários setores. Assim, o presente trabalho visa analisar através da DVA como é distribuído o valor adicionado pelas empresas estatais do setor de distribuição de energia elétrica comparativamente à gestão privada.

1.5 OBJETIVOS

Com o objetivo de responder à pergunta proposta no presente estudo, foram delineados o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.5.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é verificar e analisar comparativamente o destino do valor adicionado pelas maiores empresas, tanto estatais quanto privadas, de distribuição de energia elétrica do Brasil por receita de fornecimento de energia elétrica no período de 2015 a 2017.

1.5.2 Objetivos Específicos

Visando alcançar o objetivo geral deste trabalho, têm-se como objetivos específicos:

- I. Evidenciar a geração de riqueza das companhias analisadas e como essa riqueza está sendo distribuída entre os segmentos de Pessoal, Governos, Terceiros e Próprios;
- II. Demonstrar os segmentos que mais receberam valor distribuído;
- III. Evidenciar e comparar as possíveis diferenças, no valor distribuído, pelas empresas com controle acionário público e aquelas com controle privado.

1.6 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O que justifica um trabalho de análise da distribuição de riqueza nas empresas de energia elétrica do Brasil e sua posterior distribuição, em primeiro lugar, é que o setor em foco foi responsável por 2,7% da formação do PIB no exercício de 2017 (IBGE, 2017), além de ser um setor importante para a vida econômica e social do país.

1.7 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O objeto da pesquisa abrangeu uma análise das demonstrações dos valores adicionados, elaboradas pelas maiores empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras por unidades de consumidores, segundo o Boletim de Informações Gerenciais do 4º trimestre 2017, publicado pela ANEEL, no período que compreendeu as demonstrações contábeis dos exercícios de 2015 a 2017.

1.8 ESTRUTURA DO ESTUDO

O presente trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira seção tem-se a Introdução, com a contextualização e problema, o objetivo geral, objetivos específicos e justificativa.

As seções 2 e 3 apresentam a revisão de literatura e a metodologia de pesquisa. Já as seções 4 e 5 apresentam a análise dos dados coletados e as considerações finais do estudo, assim como as recomendações para futuros estudos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico estudado abrangeu uma análise sobre os respectivos aspectos normativos assim como os conceitos e objetivos da DVA.

Abrange também estudos recentes no qual abordaram o mesmo tema e seus respectivos resultados.

2.1 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

De acordo com Marion (2012, p. 30), a demonstração do valor adicionado surgiu na Europa, principalmente por influência da Inglaterra, da França e da Alemanha, e tem tido cada vez mais demanda em âmbito internacional em virtude de recomendação pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, antes de se tornar obrigatória para companhias abertas, a DVA era incentivada e sua divulgação apoiada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio do Parecer de Orientação CVM nº 24/92.

Segundo Iudícibus et al. (2013), a demonstração do valor adicionado não tinha obrigatoriedade no Brasil até a promulgação da Lei n. 11.638/07, que trouxe alterações na Lei 6.404/76. Dentre elas, tornou obrigatória para companhias abertas a elaboração e divulgação da DVA como parte das demonstrações contábeis a serem divulgadas ao final de cada exercício. Conforme a NBC TG 09, a DVA deverá ser apresentada se exigida legalmente ou por algum órgão regulador, ou, ainda, pode ser apresentada voluntariamente. A previsão legal se encontra no artigo 188 da Lei 6.404, alterada pela Lei 11.638 e nela contém o conteúdo mínimo que deve constar na DVA. A Lei dispõe que:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – [...];

“II – Demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída”.

Coube à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 a atribuição de reger sobre a elaboração da DVA. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução n. 1055/2005. Ele tem como incumbência estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos relacionados à contabilidade. O CPC elabora o pronunciamento, porém a aprovação se dá por meio da entidade reguladora brasileira (Conselho Federal de Contabilidade – CFC). Portanto, por meio de resolução, o CFC faz o CPC virar NBC TG. O Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09) do ano de 2008 é o pronunciamento relacionado à demonstração de valor adicionado.

No entanto, cabe ressaltar que a obrigatoriedade da elaboração e publicação da DVA, para o setor elétrico, já era determinada pela resolução da ANEEL nº 444 de 26 de outubro de 2001, ano em que houve a reformulação do Plano de Contas, com o objetivo, dentre outros, de: i) adequar às mudanças ocorridas na legislação aplicável ao setor elétrico; ii) segregar as atividades pelos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização; iii) adaptar alguns procedimentos contábeis e de divulgação das Outorgadas aos padrões internacionais, nos aspectos em que não ocorram conflitos em relação à legislação societária brasileira; e iv) divulgar as informações adicionais relacionadas às atividades das Outorgadas.

Desta reformulação foi instituído um documento denominado "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica" (MCSE). Este Manual contemplou o Plano de Contas do Setor Elétrico revisado, objetivos, instruções gerais, instruções contábeis, instruções de divulgação de dados e informações contábeis, financeiras, administrativas e de responsabilidade social entre outras.

Os próximos subtópicos abordarão os conceitos e objetivos da DVA assim como sua estrutura.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: CONCEITOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Conceitualmente, a DVA é uma das peças formadoras do Balanço Social, mas em muitos casos o que se vê é sua apresentação dissociada dele e em conjunto com as outras Demonstrações Contábeis usuais, ou ainda, como o próprio Balanço Social. “A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza

econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”, segundo De Luca (1998).

Segundo a mesma autora, “O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros” (De Luca, 1998).

Cosenza, Gallizo e Jimenez (2002, p. 43) destacam que “[...] em nível macroeconômico, o conceito de valor adicionado é igual ao Produto ou Renda Nacional”. Complementam que o montante da produção econômica é dado pela soma dos valores adicionados. Ademais, “[...] a ciência econômica, para cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), leva em conta a produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência”. IOB (2014, p. 08).

Segundo Iudícibus et al. (2013), a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo. Adicionalmente, conceitua que a DVA está fundamentada em conceito macroeconômico, buscando apresentar, sem dupla contagem, a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, existem diferenças entre a forma de cálculo do valor adicionado entre os modelos contábil e econômico.

Sob o ponto de vista econômico, o valor adicionado é mensurado pelas atividades econômicas de um país, o cálculo do PIB baseia-se na produção. Enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, o valor adicionado é mais restrito, e em função das vendas. Assim, baseia-se no regime de competência. Logo, há uma diferença temporal entre os dois conceitos.

De Luca, (1998, p.37), esclarece que o primeiro se obtém da produção (conceito econômico) e o segundo decorre do processo de venda de bens e serviços (conceito contábil).

Estruturalmente, em resumo os requisitos necessários constantes no CPC 09 e na legislação societária (Lei 6.404/76) para a elaboração e apresentação da DVA são:

- Ser elaborada com base no princípio contábil da competência;

- Ser apresentada de forma comparativa (período atual e anterior);
- Ser elaborada com base nas demonstrações;
- Consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- Incluir a participação dos acionistas não controladores no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- Ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e
- Ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis Iudícibus et al. (2013).

Há dois modelos de DVA indicados pelo CPC 09 que devem ser apresentados pelas companhias onde um é voltado para as companhias em geral e o outro é voltado para instituições financeiras por possuírem estruturas diferentes. Há outros modelos de DVA indicados por órgãos como o FIPECAFI, porém, o modelo adotado neste estudo será o indicado pelo CPC 09 para empresas em geral.

O mesmo prevê três modelos de DVA: Modelo I – Empresas em geral; Modelo II – Instituições Financeiras Bancárias; e Modelo III – Seguradoras. Em virtude do presente trabalho ter como foco as empresas do subsetor de distribuição de energia elétrica terá como base para a análise das DVAs o modelo I desenvolvido pelo CPC09. Esse modelo está dividido em duas grandes partes, a primeira diz respeito a formação do valor adicionado e a segunda sobre a forma como a riqueza gerada pela empresa é distribuída pelos diversos agentes econômicos. O Quadro a seguir elenca as principais definições mencionadas no CPC09.

Quadro 1 – conceitos relacionados a demonstração do valor adicionado.

DESCRIÇÃO	INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA DVA
1. Receitas (Soma dos itens 1.1 a 1.4)	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	Inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde à receita bruta ou faturamento bruto.
1.2 Outras receitas	Da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.

1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Nessa construção diversos fatores de produção são utilizados, inclusive a contratação de recursos externos (por exemplo, materiais e mão-de-obra terceirizada) e a utilização de fatores internos como mão-de-obra, com os consequentes custos que essa contratação e utilização provocam. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita. A mão-de-obra própria alocada é considerada como distribuição dessa riqueza criada, e eventuais juros ativados e tributos também recebem esse mesmo tratamento. Os gastos com serviços de terceiros e materiais são apropriados como insumos.
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/ (Constituição)	Inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.
2. Insumos adquiridos de terceiros (soma dos itens 2.1 a 2.4)	
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	Inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros. Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado.
2.3 Perda/Recuperação de valores ativos	Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado).
2.4 Outras (especificar)	

3. Valor adicionado bruto (diferença entre os itens 1 e 2)	
4. Depreciação, amortização e exaustão	Inclui a despesa ou o custo contabilizados no período.
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (diferença entre os itens 3-4)	
6. Valor adicionado recebido em transferência (soma dos itens 6.1 a 6.3)	
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.
6.2 Receitas financeiras	Inclui todas as receitas financeiras independentemente de suas origens.
6.3 Outras	Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.
7. Valor adicionado total a distribuir (soma dos itens 5 e 6)	
8. Distribuição do valor adicionado (soma dos itens 8.1 a 8.4) – o total desse item deve ser exatamente igual ao item 7.	
8.1 Pessoal	Valores apropriados ao custo ou ao resultado do exercício na forma de:
8.1.1 Remuneração direta	Representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
8.1.2 Benefícios	Representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
8.1.3 FGTS	Representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.
8.2 Impostos, taxas e contribuições	Valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

8.2.1 Federais	Inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
8.2.2 Estaduais	Inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
8.2.3 Municipais	Inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	Valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.
8.3.1 Juros	Inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.
8.3.2 – Aluguéis	Inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
8.3.3 Outras	Inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como <i>royalties</i> , franquia, direitos autorais, etc.
8.4 Remuneração de capitais próprios	Valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.
8.4.1 Juros sobre o capital próprio e 8.4.2 Dividendos	Inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do
	próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

8.4.3 – Lucros retidos/Prejuízo do exercício	Inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo. As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos	Só para consolidação.

Fonte: Adaptado do CPC nº 09/2008.

Cavalcanti e Braga (2013, p. 32) conceituam o **valor adicionado** gerado pela sociedade como o valor líquido de riqueza que a sociedade efetivamente gerou.

Já Marion (2012, p. 240) diz que o **Valor Adicionado** ou **Valor Agregado** procura evidenciar para quem a empresa está canalizando a renda obtida; ou, ainda, admitindo que o valor que a empresa adiciona por meio de sua atividade seja um “bolo”, para quem estão sendo distribuídas as fatias do bolo e de que tamanho são essas fatias?

Já De Luca (1998, pág. 17) diz que o **valor adicionado** corresponde:

[...] a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Esses esforços são, em geral, os empregados, que fornecem a mão-de-obra, os investidores, que fornecem o capital, os financiadores, que emprestam os recursos e o governo, que fornece a lei e a ordem, infraestrutura socioeconômica e os serviços de apoio.

Sobre o cálculo do valor adicionado, a riqueza gerada pela empresa, medida com utilização do conceito contábil, é calculada como as vendas menos insumos adquiridos de terceiros menos depreciação. Isso corresponde à diferença entre o valor recebido de terceiros pelas receitas menos o valor desembolsado a terceiros para aquisição dos insumos utilizados nesse processo. Logo, corresponde ao valor adicionado pela empresa. Em princípio, a soma dos valores adicionados pelas empresas, profissionais liberais, governo e demais agentes econômicos dá o Produto Interno Bruto (PIB). (Iudícibus et al, 2013).

Em **remuneração e encargos com pessoal ou colaboradores** Iudícibus et al. (2013) diz que este subgrupo corresponde à parcela da riqueza distribuída ao corpo funcional da empresa, o que na DRE pode estar apropriado ao custo do produto vendido

ou como despesa do exercício e a distribuição da riqueza obtida deve ser evidenciada de forma que os itens devem ser compostos por: remuneração direta; benefícios e FGTS.

Impostos, Taxas e Contribuições conforme o CPC 09 (2008) e Iudícibus et al. (2013) é composto por imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS que sejam ônus do empregador e quaisquer outros impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como Imposto sobre Circulação de mercadorias (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, representado pela diferença entre os impostos incidentes sobre as receitas e os impostos considerados juntamente com os insumos adquiridos de terceiros.

Capital de Terceiros conforme o CPC 09 (2008) e Iudícibus et al. (2013) corresponde aos valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital e se dividem em (1) Juros - inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período; (2) Aluguéis - inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos; (3) Outras - inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.

Este item representa os valores pagos ou creditados aos financiadores externos do capital utilizado pela empresa. "Fazem parte da remuneração do capital de terceiros os juros e o aluguel devidos pela empresa. Esse aluguel abrange todo e qualquer tipo de remuneração pelo uso de ativos, inclusive de ativos intangíveis, tais como royalties e franquias" (DE LUCA, 1998, p.72).

Capital Próprio ou Acionistas é definido pelo CPC 09 (2008) como o subgrupo que corresponde aos valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas e se dividem em (1) Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de

exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados; (2) Lucros retidos e prejuízos do exercício - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo; (3) As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

Já Iudícibus et al. (2013) divide este subgrupo em quatro itens e os descreve da seguinte forma: (1) Juros sobre o capital próprio - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios a título de juros sobre o capital próprio por conta do resultado do exercício, exceto os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva que devem ser considerados como “lucros retidos”; (2) Dividendos - inclui os valores distribuídos, pagos ou creditados, aos acionistas e sócios com base no resultado do exercício. (3) Lucros retidos e prejuízos do exercício - inclui a parcela do lucro do exercício destinada às reservas, bem como os juros sobre o capital próprio contabilizados como reservas. Havendo prejuízo, deve ser incluído com sinal negativo. (4) Participação dos não controladores nos lucros retidos - Este item é exclusivo para a DVA consolidada e evidencia a parcela da riqueza obtida destinada aos sócios não controladores.

Ao tratar da evidenciação dos lucros retidos num grupo separado, que do subitem **Capital Próprio ou Acionista**, De Luca (1998, p. 41) esclarece que: "considerando que a totalidade dos lucros da empresa é remuneração dos acionistas, pode-se se incluir a parcela dos lucros retidos no subgrupo dos acionistas".

2.3 ESTUDOS RECENTES

Com a intenção de evidenciar a importância do estudo e análise da Demonstração do Valor Adicionado, apresentam-se abaixo algumas pesquisas relacionadas com o tema abordado nesse trabalho, mostrando o objetivo e resultado de cada uma delas.

O estudo realizado por Do Vale (2009), analisa a destinação do valor adicionado pelas empresas de distribuição de energia elétrica, no período de 2003 a 2007 que verificou qual a destinação da riqueza gerada pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil, por meio da DVA. As empresas estudadas foram as com ações na

BM&BOVESPA. Apontou-se que a geração de riquezas nas empresas estudadas evoluiu e que a maior parte é distribuída para o governo e a minoria para pessoal, houve inversão entre a distribuição, para terceiros, que foi ultrapassada pela distribuição efetivada para os acionistas demonstrando melhora no setor. A distribuição para o governo no período apresentou crescimento constante, enquanto terceiros tiveram suas participações reduzidas e os acionistas e pessoal demonstraram crescimento.

Outro estudo realizado relacionado com o tema do presente estudo foi desenvolvido por Camargo (2010) e teve por objetivo apresentar os aspectos relacionados à composição do valor adicionado pela atividade empresarial e analisar a importância da DVA. O estudo revelou que as entidades têm adotado ferramentas que deem visibilidade em suas ações, e a Demonstração do Valor Adicionado é um destes poderosos instrumentos.

O trabalho de Rodrigues (2010) buscou evidenciar e analisar como se comporta a distribuição do valor adicionado efetuada por parte do segmento de bancos do setor financeiro e outros da BM&F Bovespa nos anos de 2007, 2008 e 2009. Os resultados apresentados apontam que os segmentos que em média mais receberam valor adicionado foram os de remuneração de capital próprio e de pessoal.

O estudo realizado por Fadel e Reis (2012), teve por objetivo observar como ocorre a distribuição da riqueza no setor de telecomunicações brasileiro nos anos de 2009 e 2010, chegando ao seguinte resultado: Constatou-se que não há um padrão na distribuição da riqueza para o setor. Também se observou que a distribuição do valor adicionado se dá principalmente para o Governo.

O estudo realizado por Dias (2015), também analisou a destinação do valor adicionado pelas empresas de distribuição de energia elétrica, no período de 2010 a 2014. A pesquisa de Dias (2015) foi realizada por meio de uma pesquisa descritiva com pesquisa documental usando procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental com abordagem quantitativa e qualitativa. No trabalho de Dias, o segmento Governo apresentou redução, porém, continuou com a maior parte da destinação. O segmento Terceiros ficou com a segunda maior destinação e o segmento Pessoal apresentou a terceira maior, mas com um crescimento constante, enquanto que Acionistas teve a menor participação na distribuição do valor.

No tópico seguinte foi descrito a metodologia de pesquisa utilizada para a realização do estudo.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção demonstra-se a metodologia a ser utilizada na pesquisa sendo apresentada a tipologia metodológica, a forma de obtenção da amostra do estudo e da análise dos dados.

3.1 TIPOLOGIA METODOLÓGICA

Este estudo é considerado de natureza descritiva, uma vez que se propõe a estudar as características de determinada população, a partir de uma amostra selecionada. Para Richardson (2008, p. 71), esse tipo de estudo “propõe-se a investigar o “que é”, “ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo. Em acordo com esta visão Gil (2010, p 27) cita ainda, que essas pesquisas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população”.

O método de abordagem utilizado na pesquisa é considerado qualitativo o qual Silva (2010, p. 28) refere-se como as que: [...] “têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais”.

A fonte dos dados pesquisados caracteriza-se como secundária, pois foram utilizados os demonstrativos financeiros e no que tange a coleta de dados, a pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa documental, uma vez que o procedimento de coleta de dados será por meio da análise das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas relacionadas na população e amostra, leitura das notas explicativas e relatório da administração, sem nenhuma análise aprofundada, o que, por sua vez, caracteriza esta pesquisa, conforme GIL (1999 apud BEUREN 2006, p.89), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo diz respeito as maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil durante os anos de 2015 a 2017. Para elaboração da amostra da pesquisa

foi utilizado o Boletim de Informações Gerenciais do 4º trimestre 2017, publicado pela ANEEL, que contém as dez maiores companhias do segmento de distribuição de energia.

Como critério de classificação foi selecionado o número de unidades consumidoras. Entre as dez primeiras companhias, sete são controladas pelo setor privado e no intuito de obter uma base igual de comparação, foram selecionadas as três maiores empresas do setor privado e as três maiores estatais. A empresa Light S.A. é controlada pela companhia CEMIG. Logo, também foi excluída da lista.

Logo, considerando as exclusões já citadas anteriormente, a amostra ficou definida para as seis maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil em unidades consumidoras de energia elétrica, respondendo por 40,5% do total de unidades consumidoras conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Amostra das seis maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil no ano de 2017.

EMPRESAS	SIGLAS	UF	Unidades Consumidoras
Companhia Energética de Minas Gerais – Distribuição	CEMIG	MG	8.342.203
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	AES	SP	7.077.741
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	COELBA	BA	5.899.127
Companhia Paranaense de Energia – Distribuição	COPEL	PR	4.560.493
Companhia Paulista de Força e Luz	CPFL	SP	4.318.685
Celelesc Distribuição	CELESC	RJ	2.899.022

Fonte: ANEEL (2017).

Quadro 3: Distribuição das seis maiores empresas de distribuição de energia elétrica por unidades consumidoras, sob aspectos privado e públicas, em 2017.

Empresas distribuidoras	Públicas/Mistas	Privadas
CEMIG	X	
AES Eletropaulo		X
COPEL	X	
CPFL		X
COELBA		X
CELESC	X	

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados tiveram como fonte de pesquisa os sítios eletrônicos das empresas, que disponibilizam para a sociedade de forma padronizada os demonstrativos financeiros utilizados, acessados no mês de abril de 2018.

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

Com o propósito de analisar os dados coletados nos documentos estudados, primeiramente fez-se a coleta dos dados para conhecer o valor adicionado de cada empresa, bem como o valor da receita total. De posse do valor adicionado e da receita total, efetuou-se a divisão do valor adicionado pela receita total, que é o primeiro item da DVA, obtendo-se o percentual do valor gerado que permanece com a empresa acrescentando valor ou benefício para os componentes da sociedade. Quanto à destinação desses valores, a partir do valor adicionado e dos valores destinados para cada componente, efetuou-se a divisão dos valores de cada componente (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas) pelo valor adicionado nos três anos. Identificou-se o percentual e a média das riquezas distribuídas para cada categoria e analisou-se descritivamente se há uma tendência de distribuição de riquezas diferentes para os segmentos públicos e privados.

Portanto, obtido o percentual médio de destinação do valor gerado de cada empresa, pode-se avaliar o quanto de valor adicionado as seis maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil por unidade consumidora geram e como é distribuído.

3.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Como limitações desse estudo apresentaram-se: a impossibilidade, em alguns momentos, de análises mais detalhadas do valor adicionado distribuído por algumas empresas para o segmento Governos, uma vez que, diante das notas explicativas, não foi possível observar o que aconteceu.

Outro ponto que limita o estudo é o fato do presente trabalho restringir-se a evidenciar e analisar apenas o valor adicionado distribuído pelas empresas da população

escolhida, desconsiderando a forma como o valor é gerado e a maneira com a demonstração foi elaborada.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção será evidenciado e analisado o quanto do valor adicionado foi destinado ao governo, pessoal (colaboradores), à remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios, aplicados pelas companhias distribuidoras de energia elétrica que compõem a população desse estudo nos anos de 2015, 2016 e 2017.

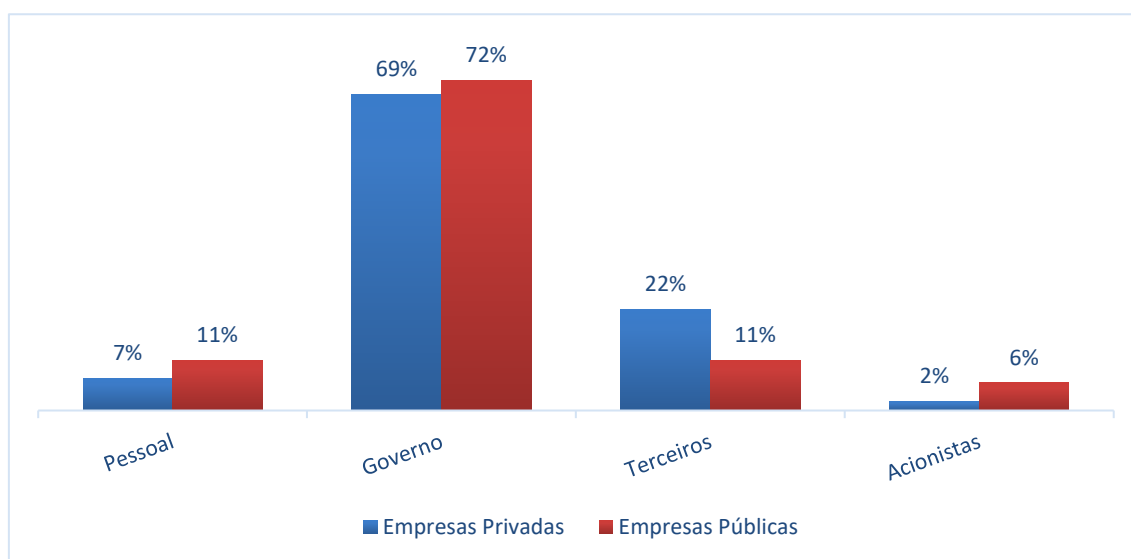
4.1 Distribuição Média por Segmento – 2015 a 2017

Nesta seção mostra-se a média de distribuição por segmento e por empresas públicas e privadas, no período de 2015 a 2017. As médias apresentadas relacionam-se aos segmentos governo, terceiros, pessoal e acionistas e foram encontradas pelo somatório dos percentuais de distribuição do valor adicionado por elemento das seis empresas da pesquisa.

A distribuição de valor adicionado apresentou retração no período em ambas as empresas. As empresas privadas apresentaram média de 52% em 2015 e chegou a 44% em 2017 enquanto as empresas públicas apresentaram média de 55% em 2015 e chegou a 49% em 2017.

O gráfico 1 mostra como se apresenta a média dos três anos analisados da distribuição do valor adicionado por segmento e empresas, no período de 2015 a 2017.

Gráfico 1: Distribuição média do valor adicionado por segmento no período de 2015 a 2017.



Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico 1 mostra uma maior média de distribuição de 2015 a 2017 para o segmento Pessoal onde a média de destinação das empresas privadas foi de 7%, enquanto que para as empresas públicas foi de 11%.

O quadro a seguir mostra a média de valor adicionado distribuído e a média de funcionários das empresas privadas e públicas nos anos de 2015 a 2017. Assim como mostra o valor médio distribuído por funcionário no período.

Para obter o valor médio distribuído, foi tirada a média de valor adicionado distribuído por empresa nos três anos, essas médias foram somadas e divididas por três. O mesmo método foi aplicado para obter a média de funcionários.

Quadro 4: Médias de Valores Distribuídos, de Funcionários e Valor Distribuído por Funcionário.

Segmento - Pessoal		
	Empresas Privadas	Empresas Públicas
Valor Médio Distribuído (R\$ Mil)	2.563.143	3.705.105
Média de Funcionários	7256	6309
Valor Médio Distribuído Por Funcionário (R\$)	353	587

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do quadro, verifica-se que a média de valor distribuído para o segmento Pessoal é maior nas empresas públicas mesmo com uma média menor de funcionários, gerando assim um valor médio distribuído por funcionário 66% maior que as empresas privadas.

Um dos motivos que podem explicar essa diferença é a alta disparidade de bases salariais presentes no Brasil, entre os setores privado e público. De acordo com estudos elaborados pelo Banco Mundial (2017) e Insper (2012), o setor público paga, salários superiores aos pagos pelo setor privado formal, aproximadamente 70% maior de acordo com o relatório do Banco Mundial. Os servidores estaduais chegam a ter uma diferença de 31% em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

A destinação para o segmento Governo apresentou diferença de apenas 3% entre o setor público e privado. A diferença pode acontecer por incentivos fiscais ou diferenças de alíquotas dos impostos como o ICMS em cada Estado em que as empresas estão presentes.

O segmento Terceiros representa os financiamentos ou empréstimos para as empresas, para investimentos, ou ainda, como capital de giro dos negócios e representam o endividamento da empresa e a parcela da distribuição do valor adicionado que é distribuído aos financiadores externos de capital.

O percentual destinado pelas empresas privadas para este segmento foi o dobro das empresas públicas, o que indica que as empresas privadas utilizam mais financiamento de terceiros como emissão de títulos no mercado ou empréstimos diretamente com os bancos em questões como investimento em projetos ou obtenção de capital de giro.

A destinação para o segmento Acionistas apresentou diferença de apenas 4% entre as empresas público e privadas. Essa diferença talvez possa ser explicada pelo maior uso de capital de terceiros por parte das empresas privadas, que acaba por destinar um maior valor para o pagamento de juros. Mas independentemente de ser privada ou pública, as empresas tendem a reter os lucros gerados, destinando o mínimo obrigatório de dividendos.

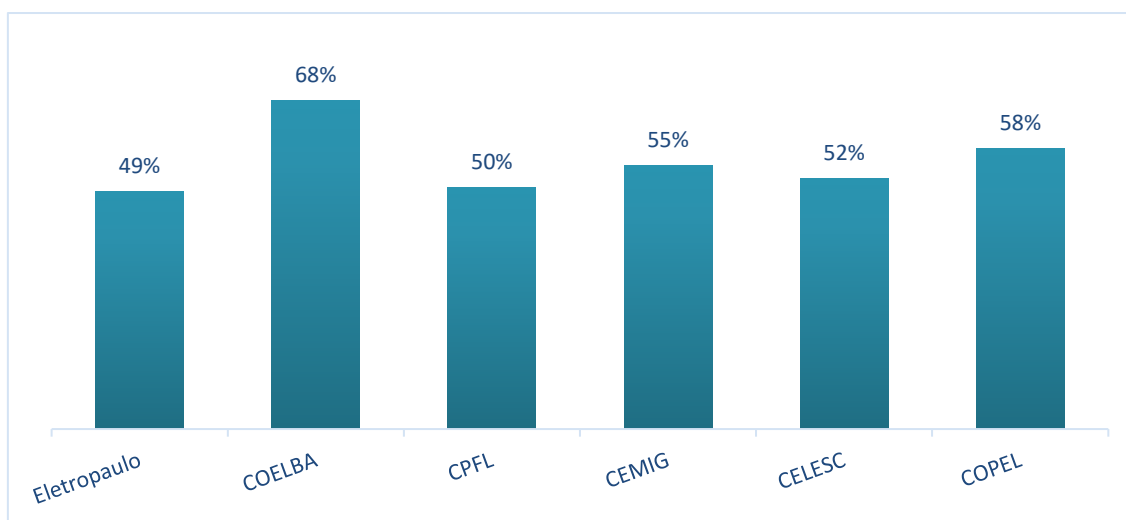
4.2 Valor Adicionado por Empresa

4.2.1 Distribuição do Valor Adicionado – 2015

Observa-se que a média geral de geração de valor adicionado pelas empresas, durante o exercício de 2015, foi de 55%. A média das empresas privadas no período foi de 56% enquanto a média das empresas públicas foi de 55%. Dentre as seis empresas, as que tiveram a menor geração de valor adicionado foram a Eletropaulo, CPFL e CELESC com os percentuais de 49, 50 e 52% respectivamente, duas empresas privadas e uma pública. As três empresas ficaram abaixo da média geral de geração de valor adicionado de 2015.

As empresas COPEL e COELBA ficaram acima da média, com destaque para COELBA com 68%.

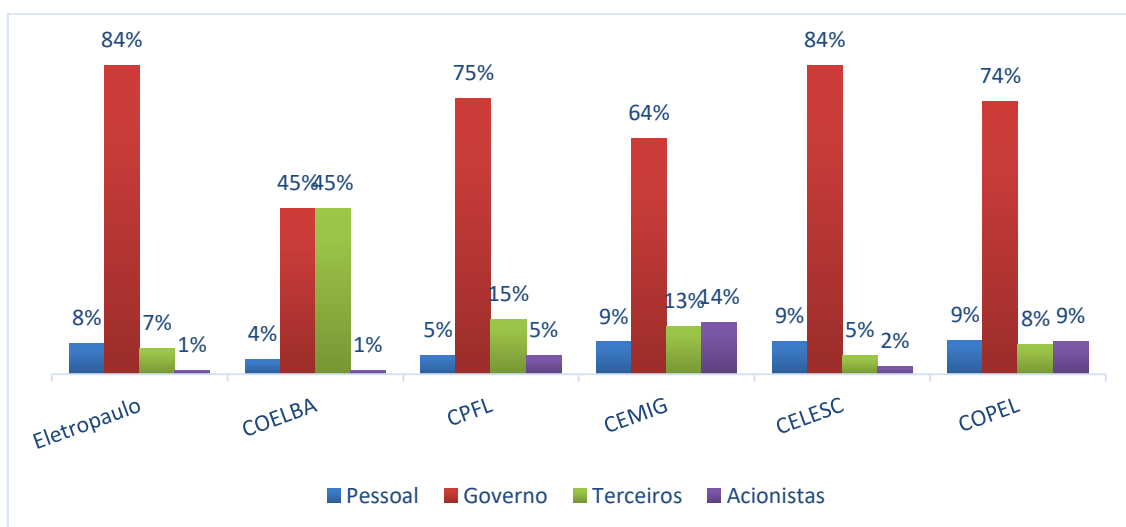
Gráfico 2: Geração de Valor Adicionado por Empresa em 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa.

O valor adicionado gerado pelas empresas é distribuído entre os quatros segmentos: Governo, Terceiros, Pessoal e Acionistas. O gráfico 3 ilustra como o valor foi destinado pelas empresas no ano de 2015:

Gráfico 3: Destinação do Valor Adicionado por Segmento e Empresa em 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Verifica-se no gráfico 3 que a maior parcela da geração do valor adicionado foi destinada para o elemento Governo, tanto na média quanto por empresa e tanto as privadas quanto as públicas. Na média geral o Governo ficou com 71%, as empresas públicas destinaram 74% enquanto as empresas privadas destinaram 68%. O percentual mínimo destinado para o Governo foi de 45% pela COELBA e o valor chegou à máxima

de 84% representado pelas empresas Eletropaulo e CELESC, representando uma variação de 39 pontos percentuais.

Para Terceiros, na qual se enquadram os que concedem financiamentos e empréstimos às empresas, foi a segunda na média na destinação de valor de adicionado com 16% de média geral, para as empresas públicas a média foi de 9% enquanto que nas empresas privadas foi de 22%. COELBA, CPFL e CEMIG destacam-se pelo alto grau de endividamento financeiro contraídos. Segundo a CPFL, o objetivo foi suportar a estratégia de expansão dos negócios do Grupo, como o financiamento dos projetos *Greenfield* na CPFL Renováveis, segundo o Relatório de Administração da Empresa. Já a CEMIG justificou que a dívida bruta somente apresentou crescimento em 2015 em função dos recursos captados no 4º trimestre do ano para cobrir o pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão de geração vencido pela Companhia e que neste caso, o serviço da dívida é compensado parcialmente já no primeiro ano pela geração de caixa dos empreendimentos. Quanto à COELBA, em 2015 a empresa enfrentou um complexo cenário econômico e de escassez hidrológica, o que contribuiu para o aumento dos custos de compra de energia, pressionando o caixa da empresa, de acordo com o Relatório de Administração.

Pessoal ficou em terceiro no percentual de distribuição do valor adicionado dentre os beneficiados pela geração do valor adicionado. Três empresas – CEMIG, CELESC e COPEL - destinaram o mesmo percentual de 9% para Pessoal, enquanto a Eletropaulo destinou 8%, estas quatro superaram a média, que é de 7%. COELBA e CPFL destinaram 4 e 5% respectivamente, ficando abaixo da média.

O segmento dos Acionistas apresentou a média geral de 5%, a mais baixa entre todos os segmentos, sendo as médias de 2 e 8% para as empresas privadas e públicas, respectivamente. A empresa que mais destinou valor adicionado gerado foi a CEMIG com 14%. Já Eletropaulo e COELBA destinaram apenas 1% do valor e a CELESC destinou 2%, as três ficaram abaixo da média geral no ano de 2015.

Destaca-se que a média serve somente como comparativo de distribuição de valor adicionado entre empresas, não é a realidade de todas as empresas, bem como de todos os elementos analisados pela pesquisa.

Uma vez que se faça análise dos elementos Governo, Terceiros, Pessoal e Acionistas, compreende-se as destinações de valores percentuais tão diversos, podendo indicar tanto estratégias, assim como vantagens competitivas na distribuição do valor adicionado gerado pela empresa.

Dentre as empresas pesquisadas algumas dão prioridades ao Pessoal, outras, aos Acionistas, bem como a Terceiros.

Embora faça uso de percentuais de distribuição entre Pessoal, Acionistas e de Terceiros, como uma estratégia ou vantagem competitiva, as empresas destinam o valor adicionado gerado principalmente para o Governo.

Independentemente de qual estratégia ou vantagem competitiva adotada pela empresa quanto à destinação do valor adicionado gerado, a empresa é obrigada a destinar um percentual ao Governo.

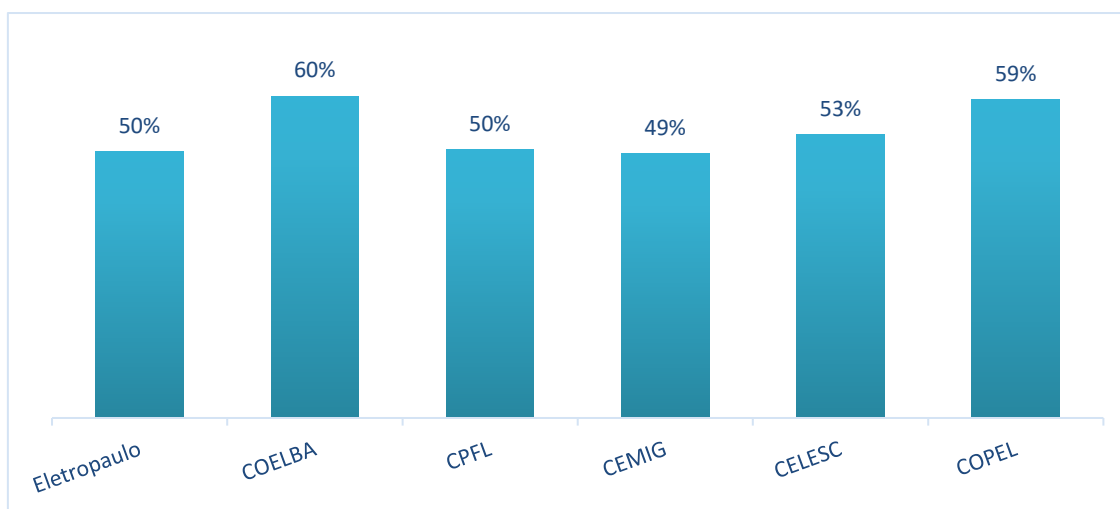
4.2.2 Distribuição do Valor Adicionado – 2016

Observa-se que a média geral de geração de valor adicionado pelas empresas, durante o exercício de 2016, foi de 54%, 1 ponto percentual abaixo em relação ao ano anterior. A média das empresas privadas no período foi de 53% enquanto a média das empresas públicas foi de 54%. Dentre as seis empresas, as que tiveram a menor geração de valor adicionado foram a CEMIG, CPFL, Eletropaulo e CELESC com os percentuais de 49, 50, 50 e 53% respectivamente. As quatro empresas ficaram abaixo da média geral de geração de valor adicionado de 2016.

As empresas COPEL e COELBA ficaram acima da média com percentuais de 59 e 60%, respectivamente.

As empresas COELBA e CEMIG apresentaram as maiores variações, -8 e -6 pontos percentuais respectivamente.

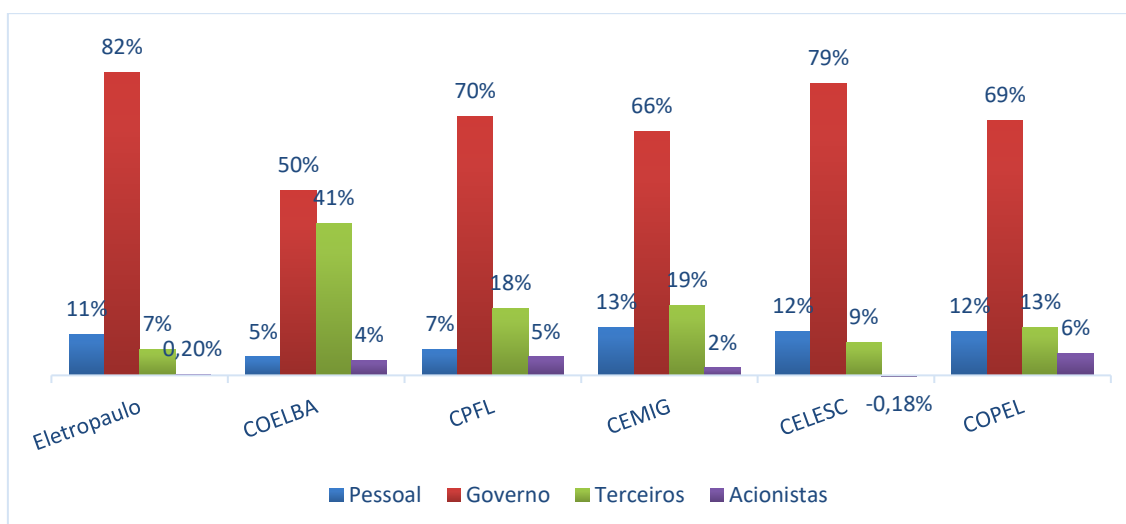
Gráfico 4: Geração de Valor Adicionado por Empresa em 2016.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os mesmos procedimentos utilizados para as análises feitas em 2015 foram empregados para os anos de 2016 e 2017. O gráfico 5 mostra a distribuição de todas as empresas da população estudada para os segmentos evidenciados na Demonstração do Valor Adicionado no ano de 2016:

Gráfico 5: Destinação do Valor Adicionado por Segmento e Empresa em 2016.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Verifica-se no gráfico 5 que a maior parcela da geração do valor adicionado foi destinada para o elemento Governo, tanto na média quanto por empresa e tanto as privadas quanto as públicas. Na média geral o Governo ficou com 69%, as empresas

públicas destinaram 71% enquanto as empresas privadas destinaram 67%. O percentual mínimo destinado para o Governo foi de 50% pela COELBA e o valor chegou à máxima de 82% representado pela empresa Eletropaulo, representando uma variação de 32 pontos percentuais.

Para Terceiros, na qual se enquadram os que concedem financiamentos e empréstimos às empresas, foi a segunda na média na destinação de valor de adicionado com 18% de média geral, para as empresas públicas a média foi de 14% enquanto que nas empresas privadas foi de 22%. COELBA, CPFL e CEMIG destacam-se pelo alto grau de endividamento financeiro contraídos. A alta destinação da empresa COELBA para terceiros é reflexo do ano de 2015, como descrito no respectivo tópico. No entanto, em 2016 apresentou melhora com uma diminuição de 4 pontos percentuais. Já CPFL e CEMIG apresentaram pioras em 2016, com aumento de 3 e 6% respectivamente. Destaca-se também a COPEL que teve um aumento de 5 pontos percentuais em relação à 2015, impulsionado pela emissão de debêntures.

Pessoal ficou em terceiro no percentual de distribuição do valor adicionado dentre os beneficiados pela geração do valor adicionado. Quatro empresas – Eletropaulo, CEMIG, CELESC e COPEL - destinaram acima do percentual geral médio de 10% para Pessoal. A média das empresas públicas foi de 12% enquanto a das empresas privadas foi de 8%. COELBA e CPFL destinaram 5 e 7% respectivamente, ficando abaixo tanto da média geral quanto da média por controle acionário.

O segmento dos Acionistas apresentou a média geral de 3%, a mais baixa entre todos os segmentos, sendo a mesma média para as empresas privadas e públicas. A empresa que mais destinou valor adicionado gerado foi a COPEL com 6%. Destacam-se também Eletropaulo e CELESC que destinaram apenas 0,2 e -0,18%, respectivamente, do valor adicionado. A Eletropaulo apresentou retração no resultado comparado ao ano de 2015, havendo ainda ajuste de avaliação patrimonial afetando a remuneração do capital próprio. Já a CELESC, com esse resultado negativo, apresentou prejuízo em 2016.

Destaca-se que a média serve somente como comparativo de distribuição de valor adicionado entre empresas, não é a realidade de todas as empresas, bem como de todos os elementos analisados pela pesquisa.

Uma vez que se faça análise dos elementos Governo, Terceiros, Pessoal e Acionistas, compreende-se as destinações de valores percentuais tão diversos, podendo indicar tanto estratégias, assim como vantagens competitivas na distribuição do valor adicionado gerado pela empresa.

Dentre as empresas pesquisadas algumas dão prioridades ao Pessoal, outras, aos Acionistas, bem como a Terceiros.

Embora faça uso de percentuais de distribuição entre Pessoal, Acionistas e de Terceiros, como uma estratégia ou vantagem competitiva, as empresas destinam o valor adicionado gerado principalmente para o Governo.

Independentemente de qual estratégia ou vantagem competitiva adotada pela empresa quanto à destinação do valor adicionado gerado, a empresa é obrigada a destinar um percentual ao Governo.

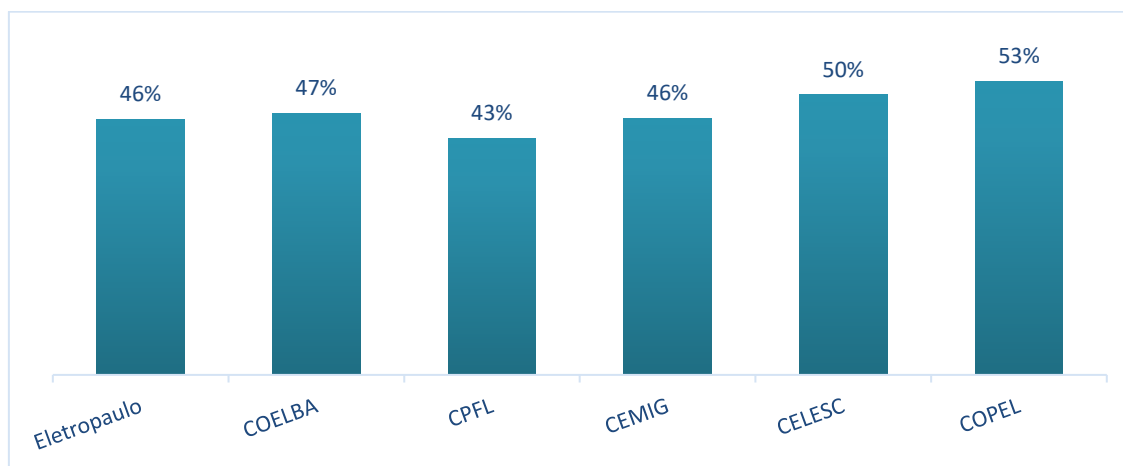
4.2.3 Distribuição do Valor Adicionado – 2017

Observa-se que a média geral de geração de valor adicionado pelas empresas, durante o exercício de 2017, foi de 47%, 7 pontos percentuais abaixo em relação ao ano anterior. A média das empresas privadas no período foi de 45% enquanto a média das empresas públicas foi de 50%. Dentre as seis empresas, as que tiveram a menor geração de valor adicionado foram a CPFL, CEMIG e Eletropaulo com os percentuais de 43, 46 e 46% respectivamente. As três empresas ficaram abaixo da média geral de geração de valor adicionado de 2017.

As empresas COELBA, CELESC e COPEL ficaram na média ou acima dela com percentuais de 47, 50 e 53%, respectivamente.

As empresas COELBA, CPFL e COPEL apresentaram as maiores variações, -13, -7 e -6 pontos percentuais respectivamente.

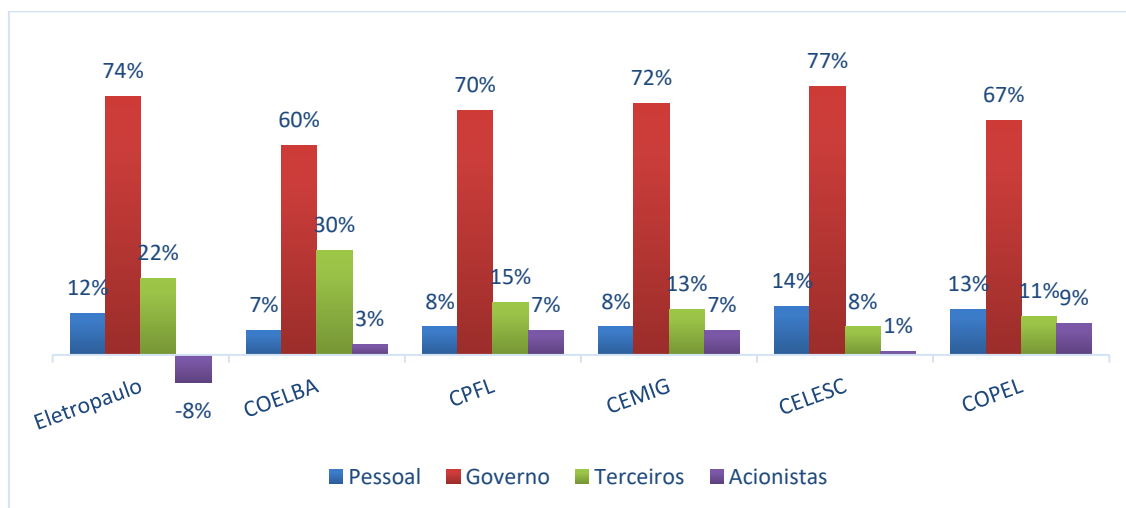
Gráfico 6: Geração de Valor Adicionado por Empresa em 2017.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os mesmos procedimentos utilizados para as análises feitas em 2015 foram empregados para os anos de 2016 e 2017. O gráfico 7 mostra a distribuição de todas as empresas da população estudada para os segmentos evidenciados na Demonstração do Valor Adicionado no ano de 2017:

Gráfico 7: Destinação do Valor Adicionado por Segmento e Empresa em 2017.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Verifica-se no gráfico 7 que a maior parcela da geração do valor adicionado foi destinada para o elemento Governo, tanto na média quanto por empresa e tanto as privadas quanto as públicas. Na média geral o Governo ficou com 70%, as empresas públicas destinaram 72% enquanto as empresas privadas destinaram 68%. O percentual mínimo destinado para o Governo foi de 60% pela COELBA e o valor chegou à máxima de 77% representado pela empresa Celesc, representando uma variação de 17 pontos percentuais.

Para Terceiros, na qual se enquadram os que concedem financiamentos e empréstimos às empresas, foi a segunda na média na destinação de valor de adicionado com 17% de média geral, para as empresas públicas a média foi de 11% enquanto que nas empresas privadas foi de 22%. COELBA e Eletropaulo destacam-se pelo alto grau de endividamento financeiro contraídos. A alta destinação da empresa COELBA para terceiros é reflexo do ano de 2015, como descrito no respectivo tópico. No entanto, em 2017 apresentou melhora com uma diminuição de 11 pontos percentuais. No entanto, em 2017 apresentou melhora com uma diminuição de 11 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A Eletropaulo apresentou piora em 2017, com aumento de 15% em relação

ao ano anterior. De acordo com o Relatório de Administração da empresa, essa variação se deve principalmente (i) pelo reconhecimento, em dezembro de 2017, do valor integral do Acordo Eletrobras no montante de R\$ 1.500,0 milhões; (ii) R\$ 8,3 milhões referentes a correção de custos associados ao referido acordo; e (iii) por maior despesa de R\$ 66,2 milhões com atualização monetária do passivo financeiro setorial; parcialmente compensada por (iv) menores custos com encargos da dívida no valor de R\$ 143,5 milhões devido, principalmente, ao CDI médio de 10,07% em 2017 vs. 14,06% registrado em 2016. Adicionalmente, as variações cambiais líquidas apresentaram um resultado negativo de R\$ 3,8 milhões ante um resultado positivo de R\$ 35,3 milhões em 2016 devido à oscilação cambial principalmente referente à aquisição da energia de Itaipu.

Pessoal ficou em terceiro no percentual de distribuição do valor adicionado dentre os beneficiados pela geração do valor adicionado. Três empresas – Eletropaulo, CELESC e COPEL - destinaram acima do percentual geral médio de 10% para Pessoal, o mesmo do ano anterior. A média das empresas públicas foi de 12% enquanto a das empresas privadas foi de 9%. COELBA, CEMIG e CPFL destinaram 7, 8 e 8% respectivamente, ficando abaixo tanto da média geral quanto da média por controle acionário.

O segmento dos Acionistas apresentou a média geral de 3%, a mais baixa entre todos os segmentos, sendo a média para as empresas privadas de 1% enquanto que para as públicas a média foi de 6%. A empresa que mais destinou valor adicionado gerado foi a COPEL com 9%. Destaca-se também a Eletropaulo que apresentou resultado negativo no período. De acordo com o relatório da empresa, a variação negativa de R\$ 865,3 milhões é explicada, principalmente, em função (i) do aumento do EBITDA reportado em R\$ 327,9 milhões; compensado pela (ii) variação negativa no resultado financeiro de R\$ 1.574,0 milhões, principalmente pelo reconhecimento do Acordo Eletrobras; (iii) aumento com depreciação e amortização no valor de R\$ 33,6 milhões; e (iv) menores impostos (IR/CSLL) em R\$ 414,3 milhões, em comparação a 2016, principalmente, devido ao diferimento de impostos decorrente do reconhecimento de despesas em função do acordo celebrado com Eletrobras para encerramento de disputa judicial.

Destaca-se que a média serve somente como comparativo de distribuição de valor adicionado entre empresas, não é a realidade de todas as empresas, bem como de todos os elementos analisados pela pesquisa.

Uma vez que se faça análise dos elementos Governo, Terceiros, Pessoal e Acionistas, compreende-se as destinações de valores percentuais tão diversos, podendo

indicar tanto estratégias, assim como vantagens competitivas na distribuição do valor adicionado gerado pela empresa.

Dentre as empresas pesquisadas algumas dão prioridades ao Pessoal, outras, aos Acionistas, bem como a Terceiros.

Embora faça uso de percentuais de distribuição entre Pessoal, Acionistas e de Terceiros, como uma estratégia ou vantagem competitiva, as empresas destinam o valor adicionado gerado principalmente para o Governo.

Independentemente de qual estratégia ou vantagem competitiva adotada pela empresa quanto à destinação do valor adicionado gerado, a empresa é obrigada a destinar um percentual ao Governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral verificar e comparar a destinação do valor adicionado gerado pelas seis maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil, divididos entre setores privados e públicos, em número de consumidores (ABRADEE), no período de 2015 a 2017.

Da análise do presente estudo conclui-se que a distribuição do valor adicionado vem sofrendo consequentes reduções no período de 2015 a 2017 por ambas as empresas. Sendo que, apesar das empresas privadas terem obtido uma maior receita, R\$ 205 milhões contra R\$ 199 milhões, as públicas têm um percentual de distribuição de 53% e as privadas 49% nesse período. Desse valor distribuído, as empresas públicas têm uma distribuição maior para três segmentos, a exceção é o segmento Terceiros.

Quanto as análises por segmento, tanto nas empresas privadas quanto nas públicas, o segmento Governo é para onde destina-se o maior percentual do valor adicionado, chegando a atingir o percentual de 84% da destinação. As empresas públicas ficaram com um percentual médio de 72%, enquanto que as empresas privadas ficaram com 69%. Portanto, conclui-se que devido a uma alta carga tributária imposta ao setor de distribuição de energia elétrica, tem como consequência um alto percentual de destinação do valor adicionado pelas empresas, não importa a empresa.

O restante do valor adicionado fica dividido entre os demais elementos que financiam as empresas para a gerir suas atividades, ou seja, são eles: terceiros, acionistas e pessoal. Terceiros teve a segunda maior destinação de valor adicionado do período nas empresas privadas, ficando Pessoal com a terceira posição. Já nas públicas, as médias de Terceiros e Pessoal ficaram em 11% durante o período analisado.

Uma maior destinação para o segmento Terceiros significa que as empresas privadas utilizam principalmente o capital de terceiros quando se trata de questões como investimento em projetos ou capital de giro.

Acionistas ficou com a menor destinação do valor adicionado por parte das empresas privadas com 2%, enquanto as públicas destinaram em média 6%.

A fim de se estabelecer relações comparativas de valores quanto a destinação do valor adicionado entre os elementos beneficiados pela distribuição e as empresas que em percentuais maiores ou menores destinaram seus valores adicionados serão descritos a seguir como ocorreu essa distribuição: I - para governo, as empresas que mais destinaram foram: Eletropaulo, CELESC, CPFL e COPEL. As empresas COELBA e CEMIG foram

as que menos destinaram. É possível que a Região ou Estados, onde estas empresas estão inseridas tenham uma incidência de carga tributária menor e influenciam diretamente na distribuição do valor adicionado; II - para Terceiros, COELBA e CELESC foram as que mais se destacaram, destinando 39 e 7% em média. Enquanto as outras mantiveram uma média entre 11 e 16%.

Ao se analisar o percentual distribuído para Terceiros, pode-se avaliar o grau de endividamento e, conseqüentemente, a saúde financeira da empresa. Assim, as empresas que menos destinaram mostram uma situação favorável relativa a financiamentos e empréstimos externos; III - para Pessoal, as empresas que mais destinaram riquezas foram: CELESC, CEMIG, COPEL e Eletropaulo. As empresas que menos destinaram foram: a CPFL e a COELBA.

Vários fatores podem refletir um percentual baixo ou alto quando se trata da destinação de riquezas para pessoal: redução de postos de trabalho; regiões onde as empresas estão localizadas, bem como terceirização da mão de obra; investimentos em aperfeiçoamento da mão de obra.

Este segmento apresentou crescimento tanto nas empresas privadas quanto nas públicas, onde se deduz que as empresas participantes tenham investido nesta área buscando valorizar a categoria pessoal. No entanto, a média do número de funcionários aumentou nas empresas privadas e diminuiu nas empresas públicas.

E, finalmente, IV - para Acionistas as empresas que mais destinaram foram: a CPFL, COPEL e CEMIG. Por sua vez, as que menos distribuíram foram: Eletropaulo, CELESC e COELBA. O destaque para as empresas pesquisadas foi a Eletropaulo que, durante todos os anos pesquisados, apresentou valores baixos e até negativo que significa um prejuízo, em 2017, de distribuição de valor adicionado para os acionistas.

Durante o período, com exceção de 2016, as empresas públicas apresentaram uma destinação maior para Acionistas do que as empresas privadas. Os percentuais para acionistas indicam a capacidade lucrativa das empresas, pois é uma forma da empresa atrair investidores para suas atividades, e para os acionistas uma forma de remuneração pelo capital empregado na empresa. À medida que mais alto for o percentual para acionistas, maior é a capacidade lucrativa da empresa, assim como o inverso indica a menor capacidade lucrativa da empresa.

Comparado aos trabalhos de Do Vale (2009) e Dias (2015), os resultados foram semelhantes. O segmento Governo continuou apresentando a maior destinação e o segmento Acionistas a menor. A média geral de geração de valor adicionado diminuiu

desde a pesquisa realizada por Do Vale que foi de 61% no período de 2003 a 2007 e passou para 46% no período de 2010 a 2014 no estudo realizado por Dias enquanto que no presente estudo ocorreu um aumento para 52% (51% para empresas privadas e 53% para públicas). Enquanto o segmento Terceiros destinou apresentou alternância com Pessoal no trabalho de Do Vale (2009) e se manteve como segunda maior destinação no trabalho de Dias (2015).

Com a intenção de contribuições para estudos futuros referentes ao tema têm-se os seguintes tópicos:

- (1) Realizar pesquisa com o mesmo setor da economia, mas que envolvam a geração e transmissão de energia elétrica.
- (2) Desenvolver pesquisas com empresas de outro setor;
- (3) Pesquisar, confrontar e avaliar os resultados da DVA com setores diversos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Boletim de Informações Gerenciais - 4º trimestre 2017. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/informacoes-gerenciais>. Acessado em 27 de abril de 2018.

ANEEL. Institui o manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, englobando o plano de contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas financeiras. Resolução n. 444, de 26 de abril de 2001. Legislação federal. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/arquivos/Resolucao444.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. Distribuidoras e Origem do Capital. Disponível em <http://www.abradee.com.br/setor-de-distribuicao/distribuidoras-e-origem-de-capital>. Acessado em 27 de abril de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. Visão Geral do Setor. Disponível em <http://www.abradee.com.br/setor-eletrico/visao-geral-do-setor>. Acessado em 25 de abril de 2018

BANCO Mundial. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOYER, Robert. **Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI?** Economia e Sociedade, Campinas, (12): 1-20, jun. 1999.

BRAGA, Hugo Rocha; Almeida, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: lei no. 11.638, de 28-12-2007**, Editora Atlas S.A., 2013.

BRASIL (2007) LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm.

CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina. Relatórios Anuais. Disponível em: <http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/relatorios-anuais>

CEMIG: Companhia Energética de Minas Gerais. Relatórios Anuais. Disponível em: http://ri.cemig.com.br/static/ptb/relatorios_anuais.asp?idioma=ptb

COELBA: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Relações com Investidores. Disponível em: <http://ri.neoenergia.com>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 27 de abril de 2018.

COPEL: Companhia Paranaense de Energia. Central de Resultados. Disponível em: <http://ri.copel.com/ptb/central-de-resultados>

COSENZA, J.P. 2003. **A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade e Finanças. Edição especial, USP, São Paulo, ano XIV, p.7-29, out/2003.

COSENZA, José P.; GALIZZO, Jose L.; JIMENEZ, Fernando. **A participação dos agentes econômicos no valor adicionado**: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000. Contab. Vista & Ver. Belo Horizonte, v. 13, n.2, p. 37-66, ago. 2002.

CPFL: Companhia Paulista de Força e Luz. Relações com Investidores. Disponível em: <https://cpfl.riweb.com.br>

CUNHA, Jacqueline Veneroso A.; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza.** Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, n. 37, p. 7-23, abr. 2002.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da RIBEIRO, Maisa de Souza. **O papel da demonstração do valor adicionado na avaliação da responsabilidade social das empresas.** Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/congresso3>. Acessado em 27 de abril de 2018.

DE LUCA, M. M.M, Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, Sérgio Ari. **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo da distribuição do valor agregado nas dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.** Monografia apresentada para o título de bacharel em ciências contábeis. UFSC: 2015

ECONOMATICA. Setor de Energia Elétrica - Vendas, Lucro, Dívida e Valor de mercado últimos 7 anos. Disponível em: <http://economatrica.com/estudos/data/20160415a.pdf>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

Eletropaulo: AES Eletropaulo. Relações com Investidores. Disponível em: <http://ri.eneldistribuicaosp.com.br>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSPER: ENSINO SUPERIOR EM NEGÓCIOS, DIREITO E ENGENHARIA. **Evolução da Diferença Salarial Público Privada.** Disponível em:

<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Evoluc%C3%A7%C3%A3o-da-diferenc%C3%A7a-salarial-pu%C3%81blico-privada.pdf>

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária** (aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC). São Paulo: Atlas, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html>. Acessado em 27 de abril de 2018.

JUNGES, Cíntia. Caos do setor elétrico já custou mais de R\$ 110 bilhões em quatro anos. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/energia-e-sustentabilidade/caos-do-setor-eletrico-ja-custou-mais-de-r-110-bilhoes-em-quatro-anos-en3kmuzuyr4jv2313kw255j6e/>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

MACHADO, Esmael Almeida. MORCH, R. B.; SILVA, Vianna, D. S. C.; Siqueira, J. R. M.; Santos, R. **Destinação de Riqueza aos Empregados no Brasil: Comparação entre Empresas Estatais e Privadas do Setor Elétrico (2004-2007)**. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 110-122, maio/agosto 2009.

MARION, José C. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL 09, **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acessado em 26 de abril de 2018.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SANTOS, José Luiz dos; Schmidt, Paulo. **Contabilidade societária** (4a ed.), Editora Atlas S.A., 2011.

TEMÓTEO, Antônio. Com Eletrobras e Infraero, 8 estatais acumulam perdas de R\$ 39 bi em 5 anos. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/23/estatais-deficit-prejuizo-privatizacao-bolsonaro-eletrobras-infraero.htm>. Acessado em 03 de fevereiro de 2019.

VALE, R.N. de A do. **Demonstração do valor adicionado: um estudo na distribuição do valor agregado nas maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.** Monografia apresentada para o título de bacharel em ciências contábeis. UFSC: 2009

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração Estratégia: Conceitos.** Tradução: Celso Rimoli; Lenita R. Esteves. São Paulo: Editora Atlas, 2000.